



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

08

133

Sétima Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 174859-2/01 - Recife (1ª Vara da Fazenda Pública)

Recorrentes : Estado de Pernambuco e OUTROS

Recorridas : Araci Belmira de Alcântara e Outros

Relator : Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

ACÓRDÃO

08

**EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. HERDEIROS DE EX-PENSIONISTA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA AFASTADA. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO NÃO ACOLHIDA. MÉRITO. PENSÃO POR MORTE - COBRANÇA DA DIFERENÇA ENTRE O QUANTUM PERCEBIDO PELA BENEFICIÁRIA E O QUANTUM QUE DEVERIA AUFERIR O EX-SERVIDOR FALECIDO SE VIVO ESTIVESSE. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

1. O que os autores, na qualidade de herdeiros, solicitam, é o recebimento das quantias não pagas, e não o pagamento da pensão em si. O que por si só afasta a tese recursal de que os recorridos pleiteiam em nome próprio direito de pensionista.
2. "O valor não recebido em vida pelo segurado só será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento." (artigo 112 da Lei nº 8.213/91).
3. As prestações aqui perseguidas são de trato sucessivo, devendo incidir, apenas, a prescrição das parcelas anteriores ao período de 5 anos da propositura da ação.
4. Desta forma, cumpre, afastá-la, posto que, sendo o pagamento das pensões obrigação dita de trato sucessivo, o direito de ação se renova a cada nova parcela, conforme remansoso entendimento jurisprudencial já consolidado pela Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça.
5. Em conformidade com a garantia concedida constitucionalmente, o benefício da pensão por morte equivale à totalidade dos proventos do servidor falecido.
6. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

ACÓRDÃO



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

32  
134  
08

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 174859-2/01, da Comarca de Recife, em que figuram, como Recorrente, o Estado de Pernambuco e OUTROS e, como Recorrida Araci Belmira de Alcantara e Outros,

Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao Recurso de Agravo em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 07 de fevereiro de 2010.

*[Assinatura]*  
**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

08

Sétima Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 174859-2/01 - Recife (1ª Vara da Fazenda Pública)

Recorrentes : Estado de Pernambuco e OUTROS

Recorridas: Araci Belmira de Alcântara e Outros

Relator : Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

**RELATÓRIO**

08

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pelo Estado de Pernambuco e pela Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - Funape em face de Araci Belmira da Alcântara e Outros, impugnando decisão terminativa da lavra desta Relatoria originária exarada nos autos da Apelação Cível nº 174859-2, em apenso.

A decisão questionada (fls. 97/103 dos autos em apenso) deu, monocraticamente, provimento parcial ao reexame necessário, com fulcro no artigo 557 do Código de Processo Civil e 74, inciso VIII do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, apenas para que houvesse a compensação dos honorários advocatícios entre os litigantes, no mais, manteve, em sua integralidade, a sentença (fls. 45/48 dos autos em apenso) exarada pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública que julgou procedente o pedido autoral determinando o pagamento das diferenças havidas entre a pensão recebida e a que fazia jus o ex- contribuinte:

Nas razões do Recurso do Agravo os recorrentes aduzem preliminarmente que os herdeiros são parte ilegítima para pleitear direito personalíssimo (pensão) sob pena de ofensa ao art. 6º do CPC e, o que se pleiteia não pode ser objeto de sucessão. Em seguida afirmam que, ainda que fosse o caso de crédito previdenciário, sobre este deveria incidir o imposto causa mortis. Reeditam ainda a questão da prescrição do próprio fundo de direito. No mais reafirmam a legalidade de pagamento da pensão a viúva Aldeci Campos de Santana.

Pugna pela retratação da decisão vergastada e, caso assim não proceda essa Relatoria, seja o presente recurso levado a julgamento perante a competente Câmara para que se lhe dê provimento, com o conseqüente seguimento do Apelo em apenso.

É o relatório.

**VOTO**



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

136

08

Mantenho a mesma persuasão que serviu de esteio a esta Relatoria ao proferir a decisão ora vergastada, ante as argumentações a seguir expendidas.

Quanto à preliminar de ilegitimidade ativa dos demandantes ora recorridos, não vejo como prosperar.

Conforme me inferi na decisão terminativa vergastada, o que os autores, na qualidade de herdeiros, solicitam, é o recebimento das quantias não pagas, e não o pagamento da pensão em si.

É de saber comezinho que no caso de não existirem dependentes do segurado com direito à pensão, os resíduos são pagos aos seus sucessores, assim entende o STJ.

*"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. LEGITIMIDADE DE HERDEIRO PARA AJUIZAR AÇÃO PARA PERCEPÇÃO DE VALORES NÃO RECEBIDOS EM VIDA PELO SEGURADO FALECIDO. ARTIGO 112 DA LEI Nº 8.213/91.*

*1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme na atenuação dos rigores processuais da legitimação, reconhecendo-a, por vezes, ao herdeiro, ele mesmo, sem prejuízo daquela outra do espólio.*

*2. "O valor não recebido em vida pelo segurado só será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento." (artigo 112 da Lei nº 8.213/91).*

*3. Em sendo certo, para a administração pública, a titularidade do direito subjetivo adquirido mortis causa e a sua representação, no caso de pluralidade, tem incidência o artigo 112 da Lei nº 8.213/91, que dispensa a abertura de inventário, nomeação de inventariante ou alvará judicial de autorização.*

*4. Agravo regimental improvido."*

*(AGRESP nº 498366-PB, DJ 22/09/2003, Relator Min. HAMILTON CARVALHIDO)*

*"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. HABILITAÇÃO. SUCESSORES. DÉBITO PREVIDENCIÁRIO.*

*1. Já encontra-se sedimentado nesta Turma o entendimento de que sucessores de segurado-falecido são partes legítimas para pleitearem valores não recebidos em vida pelo "de cujus".*

*2. A inteligência do artigo 112 da Lei nº 8.213/91 se aplica aos débitos previdenciários, independente da abertura de inventários ou arrolamento.*

*3. Agravo regimental a que se nega provimento."*



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

08

(AGRESP nº 550603-PE, DJ 24/11/2003. Relator Min. PAULO MEDINA)

Desta feita, o pagamento de resíduos de benefícios - diferentemente da própria pensão - pode ser pleiteado pelos herdeiros, não havendo desta forma, afronta ao art. 6º do CPC.

A preliminar de prescrição também não merece melhor sorte, pois é de clareza solar que as prestações aqui perseguidas são de trato sucessivo, devendo incidir, apenas, a prescrição das parcelas anteriores ao período de 5 anos da propositura da ação.

Desta forma, cumpre, de logo, afastá-la, posto que, sendo o pagamento das pensões obrigação dita de trato sucessivo, o direito de ação se renova a cada nova parcela, conforme remansoso entendimento jurisprudencial já consolidado pela Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça:

**"Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação".**

Quanto à questão de fundo ventilada, também já bastante discutida, colaciono decisão que corrobora com a manutenção da sentença atacada.

EMENTA - SERVIDOR PÚBLICO - PENSÃO POR MORTE - COBRANÇA DA DIFERENÇA ENTRE O QUANTUM PERCEBIDO PELA BENEFICIÁRIA E O QUANTUM QUE DEVERIA AUFERIR O EX-SERVIDOR FALECIDO SE VIVO ESTIVESSE - SENTENÇA PROCEDENTE - REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO.

1.- Em conformidade com a garantia concedida constitucionalmente, o benefício da pensão por morte equivale à totalidade dos proventos do servidor falecido.

2.- Direito comprovado à diferença entre os valores efetivamente recebidos pela pensionista e o que receberia o ex-servidor falecido se vivo estivesse, obedecida à prescrição quinquenal.

3- Reexame Necessário conhecido e negado provimento, mantida a decisão do juízo a quo, prejudicado o apelo voluntário. À Unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0121596-3, Comarca do Recife, em que figura como Apelante a FUNAPE - FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DO ESTADO DE PERNAMBUCO, REP LEGAL DO FUNAFIN - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DO ESTADO DE PERNAMBUCO



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

08

36  
138  
e, como Apelada ANATHIR MARTINS PHILIPPINI;  
Acordam os Exmos. Desembargadores que compõem a  
Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de  
Pernambuco, à unanimidade, em negar provimento ao  
presente recurso necessário, tudo conforme o  
relatório, votos e notas taquigráficas anexas,  
que passam a integrar o presente julgado. Recife,  
16 de maio de 2006. Des. João Bosco  
Gouveia de Melo- Relator /Presidente.

Ante todo o exposto, não tendo as argumentações  
do agravante infirmado os fundamentos da decisão impugnada, voto pelo não  
provimento ao presente recurso.

Recife, 07 de fevereiro de 2010.

  
**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator